

**Data:** 30/10/2023

**Matéria:** Governo já pode tirar Itaipu das contas de luz, dizem entidades

**Veículo:** Folha de São Paulo

## FOLHA DE S.PAULO

\*\*\* UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL



Vista das comportas da usina hidrelétrica de Itaipu Rubens Froufrou 14 jan. 23/Itaipu Binacional/Divulgação

# Governo já pode tirar Itaipu das contas de luz, dizem entidades

Lei obriga repasse a 31 distribuidoras para pagar dívida da usina; brasileiros arcam com obras até no Paraguai

Alexa Salomão

**BRASÍLIA** Quitada a dívida contrada para a construção de Itaipu, o Brasil já pode rever a forma como comercializa a energia da hidrelétrica, avaliam especialistas do setor.

A medida não demanda negociação com o Paraguai e não fere os princípios do Tratado de Itaipu. Depende apenas de decisão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e alteração no Congresso, afirmam.

Neste momento, Brasil e Paraguai estão prestes a iniciar a renegociação do Anexo C, parte do tratado que define questões financeiras, mas isso também não faz diferença, argumentam. O Tratado de Itaipu determina que 100% da energia seja contratada, com eventuais sobras de cada lado sendo cedidas para o parceiro, mediante um pagamento. Não há no documento imposições sobre cada país vai tratar a sua parte da conta, reforçam os especialistas.

Do lado brasileiro, uma lei de 1973 obriga que a tarifa da hidrelétrica seja embutida na conta de luz de 31 distribuidoras de dez estados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, seja qual for o preço. Essa compra compulsória foi

uma das estratégias em favor do financiamento e reforçou as garantias aos credores de que haveria fonte de recursos para pagar a dívida da obra.

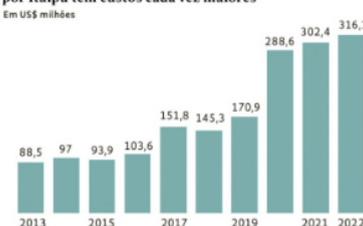
O empréstimo foi feito integralmente pelo Brasil, bem como a apresentação das garantias e, segundo estudo do Instituto Acende Brasil, a quitação também. Os brasileiros consumiram a maior parte da energia e pagaram integralmente, via conta de luz, os US\$ 63 bilhões (R\$ 311,7 bilhões) da dívida, até a última parcela, em fevereiro de 2023.

O instituto defende o fim da obrigatoriedade de compra da energia pelas distribuidoras e que ela passe a ser comercializada em leilões pela ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional), estatal que assumiu o lado brasileiro de Itaipu após a privatização da Eletrobras. "A ENBPar pode fazer o leilão para todos, distribuidores e consumidores livres", diz Claudio Sales, presidente do Acende Brasil.

Pela proposta, eventuais valores gerados pela diferença entre a tarifa da usina e o preço de venda no mercado seriam utilizados para reduzir a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), on-

### Gasto crescente para os brasileiros

Obras e projetos socioambientais bancados por Itaipu têm custos cada vez maiores

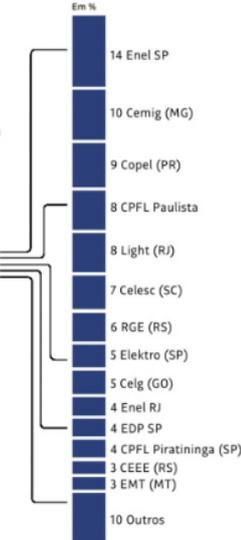


Fontes: PSR

### Cotas de Itaipu

Lei 5.899, de 1973, estabelece que distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste obrigatoriamente comprem a energia de Itaipu e repassem para a conta de luz. Veja a cota das principais

37% é coberto por distribuidoras de São Paulo



Fonte: Fiesp

de se concentrarem os gastos do Brasil com os crescentes subsídios ao setor de energia, deixando mais barata a conta de luz do país.

Avaliação é que a venda no mercado também exigiria que Itaipu se tornasse mais competitiva e reduzisse a tarifa, algo que hoje não parece estar no foco dos governos parceiros, segundo críticos.

A dívida pela obra representava 60% das despesas, então, a expectativa era de que a sua queda e a quitação levariam a reduções proporcionais na tarifa, o que não ocorreu. Os recursos estão sendo canalizados para obras e projetos socioambientais, que os especialistas consideram uma espécie de "orçamento paralelo" para os governos dos dois lados da fronteira.

"A inclusão de inúmeras atividades que não têm relação com a exploração hidrelétrica de Itaipu representam uma distorção no espírito do tratado, e o efeito prático disso é encarecer de maneira irracional o custo da energia de Itaipu", diz Sales. "Não há nada mais socialmente correto que garantir energia barata."

A dívida começou a cair em 2007. De 2009 a 2021, anualmente, o seu custo se manteve na casa de US\$ 2 bilhões (R\$ 9,9 bilhões) e a tarifa ficou congelada. Em 2022, o custo caiu para US\$ 1,4 bilhão (R\$ 6,9 bilhões). Neste ano, cerca de US\$ 300 milhões (R\$ 1,5 bilhão) quitaram o pagamento. A redução, porém, não foi integralmente repassada à tarifa.

Em paralelo, o gasto com as obras e os projetos socioambientais foram crescendo. Levantamento realizado pela consultoria PSR, uma das mais conceituadas do setor, identificou que esses projetos custavam US\$ 88,5 milhões (R\$ 437,8 milhões) em 2013. No ano passado, chegaram a US\$ 316 milhões (R\$ 1,56 bi).

Estimativas do MME (Ministério de Minas e Energia), em 2022, apontavam que a tarifa, sem a dívida, ficaria na casa de US\$ 10,77 (R\$ 53,28) pelo kW (kilowatt). Neste ano, está em US\$ 16,71 (R\$ 82,67).

Procurado pela Folha para falar sobre a tarifa, o Itamaraty afirmou que o valor "é o resultado de intensas negociações bilaterais e representa o equilíbrio possível entre os interesses de Brasil e Paraguai".

A assessoria de Itaipu disse que a tarifa de 2023 é a menor em 20 anos, e que as iniciativas no campo da responsabilidade social e ambiental foram pactuadas pelas chancelarias dos dois países como "componente permanente na atividade de geração de energia".

De fato, esses investimentos só são possíveis por uma alteração na missão original de Itaipu, feita em 2005. O governo Lula sugeriu, e o Paraguai aceitou, que Itaipu passasse a atuar em favor do desenvolvimento regional, aplicando-se a regra da paridade.

A medida foi oficializada por meio de um instrumento diplomático chamado Nota Reversal, e o novo custo passou

a ser contabilizado na despesa de exploração, que originalmente foi criada para gastos de operação e manutenção. Todo governo da vez no Brasil alega que o Paraguai não quer baixar a tarifa, mas nenhuma gestão explicou quais são os critérios e os limites desse tipo de investimento, uma vez que a tarifa da usina é o custo da operação. A história mostra que cabe de tudo nesse tipo de investimento.

Itaipu no governo Michel Temer liberou a construção de duas pontes entre os dois países parceiros. A gestão de Jair Bolsonaro apoiou 24 projetos, entre eles a estrada Boiadeira, no Paraná.

Com o caixa abastecido com um valor histórico, dizem pessoas próximas a Itaipu, Lula 3 ampliou de 55 para 434 o número de municípios com direito a receber projetos socioambientais e de infraestrutura. A lista inclui todos os 399 do Paraná e 35 de Mato Grosso do Sul. Foi anunciado R\$ 1 bilhão por meio de um convênio com a Caixa.

"Os recursos pagos por milhões de consumidores tinham de ser distribuídos para todo o país, mas em uma ação ofensiva ao pacto federativo estão concentrados na mão de um estado só, onde são utilizados para fins políticos", afirma José Luiz Alquéres, que foi conselheiro de Itaipu e presidente da Eletrobras.

Alquéres lembra que cada dólar gasto no Brasil equivale a outro dólar na conta do Paraguai — tudo pago pelos brasileiros, como mostrou levantamento do Acende Brasil.

"Lá também se coloca dinheiro em todo tipo de coisa, como aulas de guarani e redes de postos de gasolina. É um total desvirtuamento, que não está sob controle de nenhuma fiscalização seja qual for o lado da fronteira".

"Na tentativa de monitorar esses custos sem relação com energia elétrica, órgãos de controle externo nos dois países tentam criar uma Comissão Binacional de Contas. Em 16 de outubro, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas de União), Lucas Furtado, entrou com uma representação solicitando ao órgão que antecipe uma ação.

"Defendo a fiscalização e falo em desvio de finalidade porque a usina foi feita para produzir energia, não criar emas", afirmou à Folha, numa referência ao fato de Itaipu estar financiando o novo viveiro de emas no Palácio da Alvorada. O fim dessas despesas e da compra compulsória de energia, bem como a oferta em leilões já contam com apoio de outras entidades. "O Brasil precisa de energia competitiva para o seu desenvolvimento, e todos concordam que ela está chegando cara ao consumidor final e no preço dos produtos. Itaipu é uma oportunidade de começar a reverter isso", diz Paulo Pedrosa, ex-conselheiro de Itaipu e presidente da Abrace, entidade que reúne grandes consumidores empresariais de energia.